

D E B A T E S

Por que ensinar «Ensino Religioso» na escola? uma identidade pedagógica...

*Progressivamente
é possível vislumbrar
o surgimento
de uma comunidade
de especialistas
que estudam este objeto,
não mais como uma
questão para adesão
a religiões,
mas como um elemento
da educação.
A bibliografia, seminários,
cursos, fóruns, surgem
com a preocupação
e a formatação
de se constituir
em produções científicas.*

**Sérgio Rogério
Azevedo Junqueira**
*Professor do Programa de Pós-
Graduação na Educação;
e de Metodologia de Ensino
Religioso no Curso
de Pedagogia da PUC-Pr*

Introdução

Propor uma reflexão sobre o Ensino Religioso no contexto brasileiro hoje é questionar sobre a sua relação no espaço escolar, é refletir sobre a sua identidade no contexto pedagógico. Mas, ao afirmarmos que alguém ou alguma coisa possui uma identidade é com certeza por percebermos um conjunto de caracteres próprios e muitas vezes exclusivos.

O desafio de discutir a «Identidade Pedagógica» do Ensino Religioso encontra-se no fato de que este historicamente não foi concebido como elemento integrante de uma área maior como a educação, pois, ao propormos as características pedagógicas, significa compreender dentro do conjunto de teorias e doutrinas na educação. Quando os pesquisadores procuram estudar o desenvolvimento do Ensino Religioso brasileiro a grande fonte é a legislação e não as linhas educacionais. Atualmente especialistas que se dedicam a este componente curricular estão procurando realizar por inferência a tentativa de associar correntes pedagógicas aos diferentes modelos desenvolvidos neste país, por associação a partir dos subsídios didáticos existentes.

Toda esta análise e reflexão desenvolvidas em regiões brasileiras sofrem a interferência das concepções de educação, escola, professor, currículo e outros segmentos relacionados ao pensar pedagogicamente o processo de ensino-aprendizagem.

SÉRGIO ROGÉRIO AZEVEDO JUNQUEIRA

Atuais proposições da educação nacional a partir dos Parâmetros Curriculares ressaltam dois enfoques significativos na articulação da formatação dos componentes curriculares:

- o primeiro é o enfoque social aos processos de ensino e aprendizagem, desta forma propondo para a discussão pedagógica aspectos de extrema relevância, em particular no que se refere à forma como se devem entender as relações entre desenvolvimento e aprendizagem; à importância da relação interpessoal nesse processo, assim como a relação entre cultura e educação e o papel da ação educativa ajustada às situações de aprendizagem e às características da atividade mental construtiva do aluno em cada momento de sua escolaridade.
- o segundo aspecto presente nos Parâmetros é a psicologia genética responsável pelo aprofundamento e compreensão do processo de desenvolvimento na construção do conhecimento. Compreender os mecanismos pelos qual o indivíduo constrói suas representações em uma perspectiva psicogenética contribui para além das descrições dos grandes estágios de desenvolvimento.

A compreensão da concepção de que os componentes do currículo devem ser uns espaços de formação e informação, em que a aprendizagem dos conteúdos deve necessariamente favorecer a inserção do estudante no dia a dia das questões sociais marcantes em um universo cultural maior. A formação escolar deve, portanto, propiciar o desenvolvimento de capacidades, de tal forma que o favorecimento, a compreensão e a intervenção nos fenômenos sociais e culturais possibilitem aos alunos usufruir as manifestações de sua comunidade seja local e/ou universais.

Essa função socializadora remete a dois aspectos: o desenvolvimento individual e o contexto social e cultural, com a valorização da cultura de sua comunidade e simultaneamente buscar superar seus limites, propiciando aos alunos, pertencentes aos diferentes grupos sociais, o acesso ao saber, tanto no que diz respeito aos conhecimentos socialmente relevantes da cultura nacional como no que faz parte do patrimônio universal da humanidade.

É importante ressaltar que os conhecimentos transmitidos na escola se recriam e recebem um novo sentido, sobretudo, quando é produto de uma construção dinâmica que se opera na interação constante entre o saber formal escolarizado e os demais saberes; entre o que ele aprende institucionalmente e o que traz consigo para o espaço escolar, em um processo contínuo, permanente de aquisição, no qual interferem fatores políticos, sociais, culturais e psicológicos.

Na atual compreensão do processo de ensino aprendizagem, proposta no Brasil, o conhecimento não é percebido como algo fora do indivíduo, adquirido por meio de mera transmissão, muito menos que o indivíduo constrói independentemente da realidade exterior, dos demais e de suas próprias capacidades pessoais. É antes de mais nada uma construção histórica e social, na qual variáveis como fatores políticos, sociais, culturais e psicológicos interferem nesta construção.

Desta forma o papel da educação seja das pessoas como da sociedade é ampliado e indica para a necessidade de vislumbrar uma escola voltada para a formação de cidadãos. Nisto o atual contexto ressalta a competição e a excelência, em que o progresso científico e os avanços tecnológicos definem exigências novas para os jovens que in-

gressarão no mundo do trabalho, portanto, tal demanda impõe uma revisão dos currículos que orientam o fazer cotidianamente realizado pelos professores e especialistas em educação em nosso país.

Conseqüentemente algumas tensões são explicitadas como entre o global e o local, ou seja, entre tornar-se progressivamente cidadão do mundo sem perder suas raízes, participando ativamente da vida de seu país e de sua comunidade. Em um mundo marcado pelo processo da mundialização cultural e globalização econômica, outro confronto acentuado é entre o espiritual e o material, pois freqüentemente, a sociedade, mesmo envolvida cotidianamente com as questões materiais, deseja alcançar valores que podem ser denominados morais-espirituais, tais como suscitar valores, segundo suas tradições e convicções.

Diante destes e outros conflitos é solicitado freqüentemente que os profissionais da educação envolvam-se na formação ética das novas gerações, a fim de que contribuam para a existência de cidadãos que assumam a dignidade do ser humano, garantam a conquista da igualdade dos direitos, assim como a recusa categórica das mais diversas formas de discriminação; ressalte-se a importância da solidariedade e a observância de leis que explicitem estes valores.

Portanto pensar em «Identidade Pedagógica», hoje, do Ensino Religioso é buscar discuti-lo dentro da atual proposta de educação nacional, de maneira muito especial da concepção de currículo. Este é compreendido como um elo entre a declaração de princípios gerais e sua tradução operacional, entre a teoria educacional e a prática pedagógica, entre o planejamento e a ação, entre o prescrito e o que realmente sucede nas salas de aula. Pois uma pessoa educada é aquela que assimilou, interiorizou, aprendeu um conjunto de conceitos, explicações, habilidades, práticas e valores que caracterizam uma determinada cultura, sendo capaz de interagir de forma adaptada com o ambiente físico e social no seio da mesma (Coll., 1991, 34-35).

Componente curricular

O Currículo vem da palavra «*scurrere*», ou seja, correr. Refere-se a curso a ser seguido; ao procurar defini-lo defrontamos com a questão da política educacional que orienta a sua organização.

O termo currículo nos diferentes contextos pedagógicos assume vários significados, entre os quais a compreensão de disciplina ou matéria. Ressalto esta por ter sido historicamente a definição adotada pelo Ministério de Educação quando indicava os conteúdos que deveriam constituir o ensino fundamental ou médio. Mas, também, encontramos este termo para nomear programas de conteúdos de cada disciplina, ou ainda, a expressão de princípios e metas do projeto educativo, que necessitam ser flexíveis para promover discussões e reelaborações quando realizado em sala de aula, pois é o professor que traduz os princípios elencados em prática didática. Esta última é a concepção adotada nos Parâmetros Currículos Nacionais. Estes contêm as áreas de conhecimento, que constituem importantes marcos estruturados de leitura e interpretação da realidade, essenciais para garantir a possibilidade de participação do cidadão na sociedade de forma autônoma. O que significa que as diferentes áreas, os con-

SÉRGIO ROGÉRIO AZEVEDO JUNQUEIRA

teúdos selecionados em cada uma delas e o tratamento transversal de questões sociais constituem uma representação ampla e plural dos campos de conhecimento e de cultura de nosso tempo, cuja aquisição contribui para o desenvolvimento das capacidades expressas nos objetivos gerais.

A opção do termo “área” nos Parâmetros Curriculares ocorreu em função de que, no ensino fundamental, um tratamento disciplinar, entendido como preponderantemente lógico e formal, distanciava-se das possibilidades de aprendizagem da maioria dos alunos, assim como se partia de abordagens mais amplas em direção às mais específicas e particulares. Optou-se por um tratamento interativo dos conteúdos, integrando conhecimentos de diferentes disciplinas, contribuindo para a construção de instrumentos de compreensão e intervenção na realidade em que se encontram os alunos.

Para podermos compreender de fato a concepção educacional brasileira é importante, portanto perceber os indivíduos como construtores de seus conhecimentos em interação com a realidade, assim como com os demais indivíduos e colocando em uso suas capacidades pessoais. O que uma pessoa pode aprender em determinado momento depende das possibilidades delineadas pelas formas de pensamento de que dispõe naquela fase de desenvolvimento, dos conhecimentos que já construiu anteriormente e das situações de aprendizagem vivenciadas. É, portanto, determinante o papel da interação que o indivíduo mantém com o meio social e, particularmente, com a escola.

O processo de construção de conhecimento desenvolve-se no convívio humano, na interação entre o indivíduo e a cultura na qual vive, na e com a qual se forma e para a qual se forma. Por isso, fala-se em aquisição de competências, na medida em que o indivíduo se apropria de elementos com significação na cultura. A aquisição das competências é requerimento à própria construção de conhecimentos, o que implica, primeiramente, superar a falsa dicotomia que poderia opor conhecimentos e competências. Não há real construção de conhecimentos sem que resulte do mesmo movimento, a construção de competências.

Portanto, o contexto atual traz a necessidade de promover a educação escolar, não como uma justaposição de etapas fragmentadas, mas numa perspectiva de continuidade articulada entre educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, dando concretude ao que a legislação denomina educação básica e que possibilite um conjunto de aprendizagens e desenvolvimento de capacidades que todo cidadão – criança, jovem ou adulto – tem direito de desenvolver ao longo da vida, com a mediação e ajuda da escola («Diretrizes Formação de Professores» / abril 2001, 8).

Esta «Identidade Pedagógica» estabelecida parte de alguns pressupostos a partir dos quais foi organizada a estruturação curricular, que seriam as seguintes:

- Inicialmente o campo de conhecimento é, antes de tudo, uma comunidade de especialistas e professores que compartilham uma parcela do saber ou um determinado discurso intelectual, com a preocupação de realizar contribuições para o mesmo. Não estamos frente a uma visão acabada ou frente à crença de estar distante de algo dado e monolítico, mas, pelo contrário, frente a uma comunidade que tem dimensões internas e onde seus membros realizam tarefas que diferem entre si.

- Área de conhecimento é também a expressão de uma certa capacidade de criação humana, dentro de um determinado território especializado ou em facetas fronteiriças entre vários deles, cuja dinâmica se mantém seguindo certos princípios metodológicos, mas que também se alimenta de impulsos imaginativos, súbitos e oportunos.
- Disciplina ou campo especializado de conhecimento é um domínio, um território, mais ou menos delimitado, com fronteiras permeáveis, com uma certa visão especializada e, em muitos casos, egocêntrica sobre a realidade, com um determinado prestígio entre outros domínios, com conflitos internos e interterritoriais, também, com uma determinada capacidade de desenvolvimento num determinado momento histórico, etc. O papel de cada um deles é variável na história e suas funções diversas (Coll., 1998).

O que significa dizer que os campos do saber implicam linguagens e sistemas de símbolos especializados, criando significações próprias. O desafio no processo de aprendizagem é a aproximação destes significados, pois a não compreensão de toda a tradição responsável por sua elaboração interfere na aquisição das mesmas.

Neste conjunto que ressalto que o currículo não é apenas um mero conceito, mas uma construção cultural, envolvendo o processo da própria existência humana, consequentemente interferindo na organização das práticas educativas, pois se trata de uma seleção histórico-social.

As diferentes formas pelas qual a sociedade classifica, distribui, transmitem e avaliam o conhecimento educativo considerado público reflete a distribuição do poder e dos princípios do controle social. As facetas da cultura que devem estar presentes no currículo demonstram a compreensão e explicação da realidade, expressa as formas de estética que refletem a sensibilidade aos valores organizados e visões do sentido da vida.

Ao pensarmos em estabelecer o significado de «Componente Curricular» estes pressupostos com certeza tornam-se variáveis fundantes, pois pedagogicamente compreendo que tão importante em o que se ensina e o que se aprende é como se ensina e como se aprende.

O primeiro volume dos PCNs do Ensino Fundamental ressaltam esta questão ao afirmar que a importância dada aos conteúdos revela um compromisso da instituição escolar em garantir o acesso aos saberes elaborados socialmente, pois estes se constituem como instrumentos para o desenvolvimento, a socialização, o exercício da cidadania democrática e a atuação no sentido de refutar ou reformular as deformações dos conhecimentos, as imposições de crenças dogmáticas e a petrificação de valores. Os conteúdos escolares que são ensinados devem, portanto, estar em consonância com as questões sociais que marcam cada momento histórico. Isso requer que a escola seja um espaço de formação e informação, em que a aprendizagem de conteúdos deve necessariamente favorecer a inserção do aluno no dia-a-dia das questões sociais marcantes e em um universo cultural maior. A formação escolar deve propiciar o desenvolvimento de capacidades, de modo a favorecer a compreensão e a intervenção nos fenômenos sociais e culturais, assim como possibilitar aos alunos usufruir as manifestações culturais nacionais e universais (PCN – Vol. 01, 33).

Portanto, a atual identidade de «Componente Curricular» vincula-se a compreen-

SÉRGIO ROGÉRIO AZEVEDO JUNQUEIRA

são das profundas transformações nos modos de conhecer relacionada igualmente à transformação do modo de organizar a sociedade, onde a cultura torna-se elemento diferencial na intensificação da interdependência transnacional e das interações globais.

Diante do desabrochar de novas identidades locais, alicerçados na revalorização do direito às raízes, este localismo simultaneamente novo e antigo, outrora considerado pré-moderno e hoje mais do que nunca ressignificado como pós-moderno, indica caminhos para a educação.

Identidade pedagógica do Ensino Religioso

Acredito que ainda não exista uma «Identidade Pedagógica» para o Ensino Religioso, mas sim um processo de discuti-lo dentro do contexto da educação no qual ele é considerado um «Componente Curricular», sobretudo, a partir da revisão do artigo 33.º da atual LDB.

Lentamente em diferentes regiões brasileira estão sendo organizados grupos de estudo e pesquisa para aprofundar o Ensino Religioso. Progressivamente é possível vislumbrar o surgimento de uma comunidade de especialistas que estudam este objeto, não mais como uma questão para adesão a religiões, mas como um elemento da educação. A bibliografia, seminários, cursos, fóruns, surgem com a preocupação e a formação de se constituir em produções científicas. É claro que ainda persistem os que realizam o mesmo trabalho em dimensões igrejeiras, mas o tempo indicará a possibilidade de uma nova área do conhecimento no campo da educação – ENSINO RELIGIOSO.

A «Identidade Pedagógica do Ensino Religioso» está dentro da problemática da compreensão da educação e do modelo de ciência que prevalece historicamente entre as teorias de aprendizagem e as práticas pedagógicas desenvolvidas. Na prática do professor, encontram-se subjacentes no modelo de educação e no de escola. Simultaneamente influenciado pelo paradigma da ciência, traduzido tanto no discurso como prática do cotidiano da sala de aula.

Muitas vezes este referencial produz um confronto com objetivo estabelecido pelo país para o Ensino Fundamental pretendido para a formação básica do cidadão, que deveria favorecer o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o domínio da leitura, da escritura e do cálculo; assim como a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade; o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores; o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

Neste cenário é que somos desafiados a estabelecer a «Identidade Pedagógica» deste componente curricular, em consonância com o artigo dois da LDB: “A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”

Ao ser estruturado o atual modelo para o Ensino Religioso procurou-se viabilizar as cinco características de um «Componente Curricular»: 01. Dominar linguagens; 02. Compreender os fenômenos; 03. Enfrentar situações; 04. Construir argumentações; 05. Elaborar propostas.

Promover um Ensino Religioso que acentue as informações no campo Sociológico-Fenomenológico, Tradições & Cultura, Teologias, Textos orais e escritos sagrados, Ethos, Ritos, onde o professor seja um professor e não um agente religioso e ao aluno sejam tratadas questões do conhecimento. Esta concepção está explicitada através dos objetivos propostos em seu Parâmetro Curricular:

- Valorizar o pluralismo e a diversidade cultural presente na sociedade brasileira, facilitando a compreensão das formas que exprimem o Transcendente na superação da finitude humana e que determinam subjacente, o processo histórico da humanidade. Por isso necessita:
 - propiciar o conhecimento dos elementos básicos que compõem o fenômeno religioso, a partir das experiências religiosas percebidas no contexto do educando;
 - subsidiar o educando na formulação do questionamento existencial, em profundidade, para dar sua resposta devidamente informada;
 - analisar o papel das tradições religiosas na estruturação e manutenção das diferentes culturas e manifestações sócio-culturais;
 - facilitar a compreensão do significado das afirmações e verdades de fé das tradições religiosas;
 - refletir o sentido da atitude moral, como conseqüência do fenômeno religioso e expressão da consciência e da resposta pessoal e comunitária do ser humano;
 - possibilitar esclarecimentos sobre o direito à diferença na construção de estruturas religiosas que têm na liberdade o seu valor inalienável.

Todo este processo pressupõe o ser humano como um elemento de relações: que *Comunica Constrói – Reconstroi Convive*; e a escola é convocada a contribuir para *Aprender Fazer Viver Conviver*.

Considerações

O exercício de elaborar a «Identidade Pedagógica do Ensino Religioso» no contexto brasileiro está sendo estabelecido através da pedagogização do mesmo, ou seja, de parti-la da reflexão e operacionalização do estudo do mesmo dentro da elaboração de uma proposta de educação, hoje fundamentada dentro dos quatro pilares propostos do relatório da UNESCO:

- aprender a conhecer, que pressupõe saber selecionar, acessar e integrar os elementos de uma cultura geral, suficientemente extensa e básica, com o trabalho em profundidade de alguns assuntos, com espírito investigativo e visão crítica; em resumo, significa ser capaz de aprender a aprender ao longo de toda a vida;

SÉRGIO ROGÉRIO AZEVEDO JUNQUEIRA

- aprender a fazer, que pressupõe desenvolver a competência do saber se relacionar em grupo, saber resolver problemas e adquirir uma qualificação profissional;
- aprender a viver com os outros, que consiste em desenvolver a compreensão do outro e a percepção das interdependências, na realização de projetos comuns, preparando-se para gerir conflitos, fortalecendo sua identidade e respeitando a dos outros, respeitando valores de pluralismo, de compreensão mútua e de busca da paz;
- aprender a ser, para melhor desenvolver sua personalidade e poder agir com autonomia, expressando opiniões e assumindo as responsabilidades pessoais.

Assim como da incursão na atual LDB e dos Parâmetros Curriculares, o processo ainda está distante de uma conclusão, mas com certeza muito já foi realizado.

Referências bibliográficas

- COLL, C. - POZO, J. - SARABIA, B. - VALLS, E. Os conteúdos na reforma. Ensino aprendizagem de conceitos, procedimentos e atitudes. Porto Alegre, Artmed, 1998.
- COLL, C. Psicologia e currículo. São Paulo, Ática, 1996.
- FÓRUM NACIONAL PERMANENTE DO ENSINO RELIGIOSO. Parâmetro Curricular do Ensino Religioso. São Paulo. Ave Maria. 1998.
- GOODSON, I. Currículo: teoria e história. Petrópolis, Vozes, 1995.
- MARIA, J. Novos paradigmas pedagógicos para uma filosofia da educação. São Paulo. Paulus. 1996.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DESPORTOS. Parâmetros Curriculares Nacionais - Introdução. Brasília, MEC. 1997.
- MORAES, M. O paradigma educacional emergente. Campinas. Papirus. 1992.
- SACRISTÁN, J. O Currículo: uma reflexão sobre a prática. Porto Alegre, Artes Médica, 1998.
- SANTOS, B. Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade. São Paulo. Cortez. 2000. 7.^a edição.